

Acompanhamento Conjuntural – 09/2012

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA BAHIA
Diretoria Executiva
Superintendência de Desenvolvimento Industrial
Data de fechamento: 14/09/2012



PIB

A economia brasileira, segundo dados das Contas Nacionais Trimestrais do IBGE, continua em trajetória descendente. O PIB do 2º trimestre registrou alta de 0,4%, em relação ao trimestre imediatamente anterior. Em termos anualizados, a taxa registrada de crescimento da economia foi de 1,2%, frente a 4,9% no mesmo período do ano passado. A expectativa do mercado é que a economia brasileira apresente um crescimento de 1,6% em 2012.

Política Monetária

O Copom reduziu pela 9ª vez consecutiva a taxa básica de juros da economia, fixando-a no patamar de 7,5% ao ano (a redução já soma 5 p.p. desde agosto de 2011). De acordo com a última edição do Relatório de Mercado do Banco Central, a Selic deverá encerrar o ano em 7,25% (mais uma queda de 0,25 p.p. em uma das duas últimas reuniões) e alcançar 8,5% no final de 2013.

A inflação medida pelo IPCA em agosto permaneceu praticamente no mesmo patamar de julho, com variação de 0,42%, ante alta de 0,43% em julho. O grupo alimentação e bebidas apresentou o maior resultado, contabilizando alta de 0,88% em agosto após ter atingido 0,91% em julho. No acumulado dos primeiros oito meses de 2012, o IPCA contabiliza elevação 3,18%, bem abaixo dos 4,42% registrados em igual período de 2011. Em 12 meses, o IPCA alcançou 5,24%, contra 4,2% no período anterior.

A redução dos encargos governamentais sobre a energia elétrica, com estimativa de queda de 16,2% do preço da energia para as residências a partir de fevereiro de 2013 deverá reduzir até 0,60 p.p. do IPCA de 2013. Caso os cálculos sejam confirmados, as medidas de desoneração abrirão espaço para a manutenção da atual política de afrouxamento monetário, com efeitos positivos sobre o crescimento da economia.

Política Fiscal

A deterioração das contas públicas nos meses de maio, junho e julho comprometeu a avaliação de que o governo deverá cumprir a meta de superávit primário neste ano (R\$ 139,8 bilhões, 3,1% do PIB). Analistas e investidores já trabalham com a hipótese de descumprimento da meta para este ano, projetando superávit primário de 2,8%.

Em agosto, o Ministério do Planejamento enviou ao Congresso a proposta de orçamento para 2013 (PLOA 2013). A meta de superávit primário do setor público foi mantida em 3,1% do PIB, com a possibilidade de abatimento de 0,5% para as obras em infraestrutura. Os principais parâmetros macroeconômicos usados para o orçamento de 2013 foram: (i) IPCA = 4,5%; (ii) PIB real = 4,5%; (iii) Taxa de Câmbio média = R\$/US\$ 2,03; (iv) Salário Mínimo = R\$ 670,95 (+7,9%) e (vi) Selic média = 8,03%.

Contas Externas

No acumulado dos primeiros sete meses deste ano, o saldo em conta corrente, que compreende os resultados da balança comercial e das contas serviços, rendas e transferências unilaterais, foi deficitário em US\$ 29,1 bilhões. No acumulado dos últimos 12 meses até julho, o déficit alcançou US\$ 52 bilhões (2,2% do PIB), ficando praticamente no mesmo patamar registrado no mês anterior. O déficit nas contas serviços e rendas, em função, principalmente, das remessas de lucros e dividendos e das despesas com aluguel de equipamentos e viagens internacionais, explica o saldo negativo em conta corrente. A expectativa do mercado é de aumento do déficit em conta corrente nos próximos meses, alcançando US\$ 59,2 bilhões ao final do ano.

As reservas internacionais em julho totalizaram US\$ 377,2 bilhões, registrando alta de US\$ 1,1 bilhão em relação ao verificado em julho. Segundo projeções do Relatório de Mercado do Banco Central, a cotação do dólar deverá alcançar R\$ 2,00 no final deste ano.

PIB

A economia brasileira, segundo dados das Contas Nacionais Trimestrais do IBGE, continua em trajetória descendente. O PIB do 2º trimestre registrou alta de 0,4%, em relação ao trimestre imediatamente anterior. Em termos anualizados, a taxa registrada de crescimento da economia foi de 1,2%, frente a 4,9% no mesmo período do ano passado (ver gráficos nos Anexos). Tais resultados estão bem aquém do esperado pelo governo e pelo mercado no início do ano.

Sob a ótica da demanda, a análise da taxa anualizada mostra que, nos últimos quatro trimestres até junho de 2012, o Consumo das Famílias cresceu 2,5%, ante 6,2% no período anterior, refletindo a redução do crédito com recursos livres para as pessoas físicas e o consequente desaquecimento da demanda interna. O Consumo do Governo (Despesa de Consumo da Administração Pública) também cresceu a uma taxa inferior à verificada no período anterior (2,2%, contra 3,3%). Mais preocupante foi o movimento de desaceleração da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) que registrou taxa anualizada negativa de -0,3%, contra incremento de 11,5% no período anterior. Vale destacar que a queda da FBCF (taxa de investimento da economia) pode comprometer a recuperação do ritmo de crescimento do Brasil. As Exportações de Bens e Serviços cresceram 2,8%, enquanto as Importações de Bens e Serviços aumentaram 5%, contra 23% no período anterior, sinalizando o impacto da desaceleração econômica sobre o ritmo de crescimento das compras externas do país.

Do lado da oferta, o resultado da taxa anualizada até junho de 2012 reflete o desempenho dos setores Serviços (1,6%), Agropecuária (1,5%) e Indústria (-0,4%). Entre as atividades industriais, Extrativa Mineral (1,7%), Construção Civil (2,9%), e Eletricidade, Gás, Água, Esgoto e Limpeza Urbana (3,7%) registraram alta, enquanto a Indústria de Transformação sofreu substancial retração no resultado anualizado (-2,9%). A

desaceleração no consumo das famílias, o cenário externo adverso e a forte concorrência dos produtos importados têm prejudicado o setor industrial brasileiro.

Na comparação com o trimestre imediatamente anterior (com ajuste sazonal), o PIB do setor industrial registrou queda de 2,5%, em função dos resultados da Indústria de Transformação (-2,5%), Extrativa Mineral (-2,3%) e Construção Civil (-0,7%). Por outro lado, a atividade Eletricidade, Gás, Água, Esgoto e Limpeza Urbana registrou crescimento de 1,6%.

O PIB medido a preços de mercado alcançou R\$ 1,1 trilhão no 2º trimestre de 2012, sendo R\$ 938,2 bilhões referentes ao valor adicionado a preços básicos e R\$ 163,3 bilhões aos impostos sobre produtos líquidos de subsídios. Considerando o valor adicionado, nota-se que a Agropecuária registrou pequeno aumento em sua participação no PIB, passando de 7% no 2º trimestre de 2011 para 7,1% em igual período deste ano. A Indústria continua perdendo importância relativa, tendo sua participação no PIB caído de 27,2% no 2º trimestre de 2011, para 25,7% no 2º trimestre deste ano. O setor de Serviços incrementou sua participação no PIB de 65,8% para 67,2%, na mesma comparação intertemporal. Quanto ao desdobramento do PIB pelos componentes da demanda a preços de mercado (inclusive impostos), o Consumo das Famílias totalizou R\$ 672,1 bilhões, o Consumo do Governo R\$ 228,5 bilhões e a FBCF R\$ 196,9 bilhões (17,9% do PIB, contra 18,8% no 2º trimestre de 2011). As Exportações e as Importações de Bens e Serviços alcançaram R\$ 141,4 bilhões e R\$ 155,9 bilhões, respectivamente, enquanto a Variação de Estoques foi de R\$ 18,5 bilhões.

Os dados do Caged, divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), apontam uma geração líquida de 142,5 mil empregos formais em julho de 2012, contra 120,4 mil no mês anterior. Os setores responsáveis pelo desempenho no mês foram: Serviços (39,0 mil), Construção Civil (25,4 mil) e Indústria de Transformação (24,7 mil). Nos primeiros sete meses do ano, o País gerou um saldo de 1.232,8 mil postos de trabalho. No acumulado de 12 meses, o saldo registrado foi de 1,54 milhão de empregos

gerados. Os dados apontam para uma desaceleração na geração de empregos, em comparação ao registrado nos dois últimos anos, refletindo a própria evolução da economia brasileira.

A despeito de alguns indicadores, a exemplo do Caged e do Índice de Atividade Econômica do Banco Central, sinalizarem uma recuperação da atividade econômica brasileira em junho e julho, as expectativas de crescimento do PIB em 2012 têm sido sistematicamente revisadas para baixo, tendo alcançado 1,6% no último *Relatório de Mercado* do BC.

Política Monetária

Na reunião de agosto (dias 28 e 29), o Copom reduziu pela 9ª vez consecutiva a taxa básica de juros da economia, fixando-a no patamar de 7,5% ao ano (menor valor da Selic desde a criação do Copom). Os membros do Comitê decidiram manter o ritmo de queda da Selic por considerarem que o cenário prospectivo para a inflação manteve sinais favoráveis, tendendo a se deslocar na direção da trajetória de metas, embora no curto prazo tenha sido negativamente impactada por choques de oferta associados a eventos climáticos, domésticos e externos. Desde o início do processo de flexibilização monetária, iniciado no final de agosto de 2011, a redução já soma 5 p.p.

Na visão do Copom, a inflação acumulada em doze meses, que começou a recuar no último trimestre do ano passado, tende a se deslocar na direção da trajetória de metas com alguns picos de alta no percurso. O Comitê avalia que a inversão na tendência da inflação melhorará as expectativas dos agentes econômicos sobre a dinâmica da inflação neste e nos próximos semestres.

Analistas esperam mais um corte de 0,25 p.p em uma das duas reuniões restantes do ano (outubro e novembro). A avaliação de que a Selic chegou

próxima ao patamar mínimo decorre do fato de que o Copom avisou de forma mais enfática que qualquer movimento de flexibilização monetária adicional deve ser conduzido com máxima parcimônia, tendo em conta os efeitos cumulativos e defasados das ações de política já implementadas. Assim, de acordo com a última edição do Relatório de Mercado do Banco Central, a Selic deverá encerrar o ano em 7,25% e alcançar 8,5% no final de 2013.

A inflação medida pelo IPCA em agosto permaneceu praticamente no mesmo patamar de julho, com variação de 0,42%, ante alta de 0,43% em julho. De acordo com o IBGE, assim como no mês anterior, dos grupos de produtos e serviços pesquisados, alimentação e bebidas apresentou o maior resultado, contabilizando alta de 0,88% em agosto após ter atingido 0,91% em julho. Esse grupo foi responsável por mais da metade da inflação do mês, sendo impactado pelo aumento do preço do tomate (+18,96%), que já acumula alta de 76,46% no ano. No acumulado dos primeiros oito meses de 2012, o IPCA contabiliza elevação 3,18%, bem abaixo dos 4,42% registrados em igual período de 2011. Em 12 meses, o IPCA alcançou 5,24%, contra 4,2% no período anterior. Cumpre registrar que, a partir de janeiro de 2012, o IBGE alterou a metodologia de cálculo do IPCA, utilizando a nova base de estruturas de gastos de consumo.

A redução dos encargos governamentais sobre a energia elétrica, com estimativa de queda de até 16,2% do preço da energia para as residências a partir de fevereiro de 2013, causará impactos favoráveis na inflação do próximo ano. De acordo com cálculos do Ministério da Fazenda, a redução do custo da energia elétrica deverá reduzir até 0,60 p.p. do IPCA de 2013, contribuindo para o direcionamento da inflação para o centro da meta. Caso os cálculos sejam confirmados, essas medidas abrirão espaço para a manutenção da atual política de afrouxamento monetário, com efeitos positivos sobre o crescimento da economia.

A partir de abril de 2011, o IBGE passou a divulgar mensalmente o Índice de Preço ao Produtor (IPP), que mede a evolução dos preços de produtos

“na porta da fábrica”, sem impostos e sem frete, de 23 setores da indústria de transformação. O período de divulgação tem defasagem de dois meses. Em julho de 2012, o IPP registrou inflação de 0,54%, ante alta de 1,13% em junho. As maiores altas observadas em julho se deram entre os produtos das seguintes atividades industriais: alimentos (3,17%), produtos de borracha e material plástico (1,34%), bebidas (1,29%) e máquinas, aparelhos e materiais elétricos (1,11%). No ano, o IPP registra inflação de 5,08%, e no acumulado de 12 meses até julho, alta 7,19%.

Política Fiscal

O superávit primário do setor público alcançou R\$ 5,6 bilhões em julho, ficando bem abaixo do registrado em igual mês do ano passado (R\$ 13,8 bilhões). O pagamento de juros no mês somou R\$ 17,4 bilhões, contra R\$ 16,1 bilhões em junho (o maior número de dias úteis em julho contribuiu para o aumento). Devido ao elevado pagamento de juros no mês, o déficit nominal alcançou 3,2% do PIB. A dívida líquida do setor público alcançou R\$ 1,504 trilhão, equivalente a 34,9% do PIB, com redução de 0,2 p.p. em relação ao mês anterior. A dívida bruta, variável utilizada nas comparações internacionais, alcançou R\$ 2,48 trilhões em julho de 2012, equivalente a 57,6% do PIB (elevando-se em 0,3 p.p em relação a junho).

A queda do superávit primário de 3,91% para 2,83% do PIB, na comparação do acumulado nos primeiros sete meses do ano com igual período de 2011, resultou do menor esforço fiscal das três esferas de governo: governo central, governos regionais e estaduais (ver tabela 2 nos anexos). O déficit da Previdência apresentou crescimento de 6,9%, na comparação dos primeiros sete meses de 2012 com igual período do ano anterior.

Em 12 meses, o superávit primário caiu para 2,5% do PIB, ficando abaixo da meta fixada para este ano (3,1%). Por conta disso, o déficit nominal em 12 meses subiu para 2,8% do PIB (ver tabela 3 nos anexos).

A deterioração das contas públicas nos meses de maio, junho e julho comprometeu a avaliação de que o governo deverá cumprir o superávit primário neste ano, estimado em R\$ 139,8 bilhões (3,1% do PIB). A economia realizada nos primeiros sete meses deste ano ficou praticamente na metade prevista para o ano, alcançando 51% da meta. Analistas e investidores já trabalham com a hipótese de descumprimento da meta para este ano, projetando superávit primário de 2,8%. A frustração na arrecadação dos impostos e contribuições, como o Imposto de Renda, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), IPI e IOF, é o principal motivo da reversão das expectativas, em conjunto com a política fiscal expansionista.

Embora o resultado primário esteja em queda, a redução da Selic tem evitado uma maior alta do déficit nominal e, em consequência, da dívida pública. A redução da taxa básica de juros, que deverá alcançar 7,25% até o fim do ano, ajudará o governo a manter em níveis aceitáveis o déficit nominal, pois se estima que cada ponto porcentual de queda da taxa Selic, considerando o atual nível de indexação da dívida pública federal, resulta na redução de R\$ 10,4 bilhões dos juros. Os efeitos acumulados da redução de 5 p.p dos juros ainda terão reflexos sobre a conta de juros ao longo deste ano.

No final do mês de agosto, o Ministério do Planejamento enviou ao Congresso a proposta de orçamento para 2013 (PLOA 2013). A meta de superávit primário do setor público foi mantida em 3,1% do PIB, com a possibilidade de abatimento de 0,5% para as obras em infraestrutura. Em valores, a meta é de R\$ 155,9 bilhões, com o abatimento respondendo por R\$ 25 bilhões. No orçamento está prevista uma dotação de R\$ 15,2 bilhões para as novas desonerações já anunciadas. O Ministério do Planejamento projeta crescimento nominal da receita de 12,8% (crescimento real de cerca de 8%), que passará a representar 24,7% do PIB em 2013 (ante 24,3% do PIB em 2012). Já as despesas primárias (sem pagamento de juros) devem crescer 12,3%. Os principais parâmetros macroeconômicos usados para o orçamento de 2013 foram: (i) IPCA = 4,5%; (ii) PIB real = 4,5%; (iii) Taxa de

Câmbio média = R\$/US\$ 2,03; (iv) Salário Mínimo = R\$ 670,95 (+7,9%) e (vi) Selic média = 8,03%.

Contas Externas

O déficit em conta corrente de US\$ 29,1 bilhões no acumulado dos primeiros sete meses deste ano pode ser explicado pelo saldo negativo do *agregado* serviços e rendas, que passou de -US\$ 47,5 bilhões em 2011 para -US\$ 40,8 bilhões em igual período de 2012, em virtude, principalmente, das remessas de lucros e dividendos, despesas com aluguel de equipamentos, viagens internacionais, pagamento de juros, e transporte. A balança comercial apresentou superávit de US\$ 9,9 bilhões e o saldo das transferências unilaterais alcançou US\$ 1,7 bilhão no acumulado dos primeiros sete meses de 2012.

A entrada de investimentos estrangeiros diretos (IED) no País alcançou US\$ 38,1 bilhões, contra US\$ 38,5 bilhões nos primeiros sete meses de 2011, destinados principalmente para as seguintes atividades: metalurgia; produtos alimentícios; serviços financeiros e atividades auxiliares; comércio, exceto veículos; extração de petróleo e gás natural; atividades imobiliárias; eletricidade, gás e outras utilidades; produtos farmacêuticos e produtos químicos; extração de minerais metálicos; e produtos químicos.

O último *Relatório de Mercado* do BC apresenta as seguintes projeções para o ano de 2012: saldo de US\$ 18 bilhões na balança comercial, déficit de US\$ 59,2 bilhões na conta corrente e fluxo de US\$ 55 bilhões em investimentos estrangeiros diretos.

No acumulado dos primeiros oito meses deste ano, o fluxo de entrada de dólares superou o de saída em US\$ 23 bilhões, contra US\$ 59,8 bilhões em igual período de 2011, reflexo da entrada de US\$ 19,1 bilhões no mercado comercial e de US\$ 3,9 bilhões no mercado financeiro. A cotação do dólar reflete a especulação dos bancos no mercado de câmbio, cuja posição comprada em dólar (aposta na desvalorização do Real), alcançou US\$ 1,9

bilhão em agosto. Após iniciar o ano cotado a R\$ 1,87, o dólar apresentou queda, alcançando R\$ 1,70 no final de fevereiro. A partir de março, o dólar registrou alta, refletindo principalmente a redução da taxa Selic e o aumento da aversão global ao risco, em função do agravamento da crise europeia. Em meados de setembro, o dólar alcançou R\$ 2,02.

A dívida externa total brasileira alcançou US\$ 308,4 bilhões em julho, tendo a dívida de longo prazo atingido US\$ 268,6 bilhões e a de curto prazo totalizado US\$ 39,8 bilhões.

O valor das exportações brasileiras alcançou US\$ 22,4 bilhões em agosto, contra importações de US\$ 19,2 bilhões, gerando um saldo comercial de US\$ 3,2 bilhões, contra US\$ 2,9 bilhões no mês anterior. No acumulado dos primeiros oito meses deste ano, as exportações alcançaram US\$ 160,6 bilhões, uma queda de 3,7% em relação ao mesmo período do ano anterior, e as importações, US\$ 147,4 bilhões, alta de 0,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. As importações registraram recorde para o período de janeiro a agosto. O superávit comercial no acumulado em 2012 foi da ordem de US\$ 13,2 bilhões, valor US\$ 6,8 bilhões inferior ao de igual período do ano passado. No período acumulado de 12 meses até agosto, as exportações alcançaram US\$ 249,9 bilhões e as importações US\$ 226,9 bilhões. Em função do cenário externo adverso ao aumento das exportações, a Secex admite a possibilidade das vendas externas brasileiras alcançarem, em 2012, o mesmo patamar verificado em 2011 (US\$ 257 bilhões), ficando abaixo do valor projetado no início do ano (US\$ 264 bilhões).

Front Externo

Na China, de acordo com dados divulgados pelo *National Bureau of Statistics of China*, em agosto, a produção industrial cresceu 8,9%, em relação ao mesmo mês do ano anterior, e registrou expansão de 10,1%, no acumulado do ano. O índice de preços ao consumidor chinês cresceu 2%

em agosto, em relação ao mesmo período de 2011 e desemprego no segundo trimestre encontra-se em 4,1%.

O governo chinês anunciou um pacote de 60 projetos de infraestrutura, com valor estimado em mais de US\$ 150 bilhões, para reativar sua economia, que atravessa a maior desaceleração em três anos. Tal medida deve impactar a economia global, já que a China tem sido o principal motor do crescimento nos últimos anos. Um bom exemplo do impacto da dinâmica chinesa no mundo foi a derrubada dos preços do minério de ferro, principal produto da pauta exportadora brasileira, por conta da redução da demanda chinesa.

Entre os projetos aprovados pelo governo chinês estão 25 novas linhas de metrô e 13 rodovias que vão cobrir milhares de quilômetros em todo o país. Segundo analistas, trata-se de um sinal de mudança na orientação da política, que agora é muito mais proativa.

O pacote de investimentos anunciado agora é muito menor que o lançado em 2008 e 2009 para conter os efeitos da crise global desencadeada com as quebras de bancos nos Estados Unidos. Naquela ocasião, o estímulo à economia no país asiático chegou a US\$ 630 bilhões.

Nos Estados Unidos, de acordo com a segunda estimativa do *Bureau of Economic Analysis* (BEA), o PIB norte-americano cresceu 1,7% no segundo trimestre de 2012, contra uma expansão de 2% no primeiro trimestre de 2012, em termos anualizados. Tal revisão representou uma elevação de 0,2% em relação à estimativa anterior. Os resultados ficaram um pouco acima das estimativas do mercado (1,6%), mas não chegaram a surpreender os analistas. Em agosto a taxa de desemprego registrada foi de 8,1%. Segundo o Departamento do Trabalho dos Estados Unidos, o Índice de Preços ao Consumidor (CPI, na sigla em inglês) aumentou 1,4% em julho contra 1,7% em junho.

O Fed, banco central dos Estados Unidos, anunciou que vai iniciar uma nova rodada do chamado relaxamento monetário quantitativo, em que a instituição emite moeda para comprar títulos em circulação no mercado. O BC norte-americano comunicou, ainda, que manterá a taxa básica de juros

em patamar historicamente baixo até meados de 2015. A estimativa anterior para a manutenção dos juros em patamar próximo a zero era o fim de 2014. Atualmente a taxa varia entre 0% e 0,25% ao ano.

No programa de afrouxamento quantitativo, o Fed gastará US\$ 40 bilhões por mês com a compra de ativos lastreados em hipotecas (MBS, na sigla em inglês), argumentando que a economia está frágil demais para reduzir o desemprego. Os desembolsos podem aumentar se as projeções para o mercado de trabalho não melhorarem substancialmente, o Comitê Federal de Mercado Aberto (FOMC, na sigla em inglês) vai continuar sua compra de títulos lastreados em hipotecas, adotando novas compras de ativos e empregar outras ferramentas de política monetária, conforme apropriado, até que tal melhora seja atingida.

Críticos do afrouxamento quantitativo argumentam que a medida eleva o risco de inflação. No entanto, o BC americano considera que a flutuação dos preços está sob controle, apesar do encarecimento das *commodities*.

De acordo com os divulgados pela Eurostat, em julho a produção industrial da zona do euro e a da União Europeia cresceram 0,6% e 1,1%, respectivamente, em relação ao mês anterior. Na comparação com igual mês do ano anterior, houve quedas de 2,3% na zona do euro e de 1,5% na União Europeia. Ainda de acordo com dados da Eurostat, em julho, a taxa de desemprego da zona do euro alcançou 11,3%, enquanto o índice de preços ao consumidor registrou variação de 2,3%.

No Japão, segundo dados divulgados pelo METI (Ministério da Economia, Comércio e Indústria), em julho, a produção industrial japonesa caiu 0,8%, na comparação com o mês anterior, e 1%, em relação ao verificado em igual mês de 2011. No mesmo mês, a taxa de desemprego ficou em 4,3%, enquanto o índice de preços ao consumidor registrou queda de 0,4%.

Redução dos entraves à competitividade

Nos últimos meses, o Governo Federal parece ter, finalmente, decidido enfrentar os problemas estruturais que se configuram como entraves à competitividade do setor produtivo brasileiro. Em agosto, foi lançado o “Programa de Investimentos em Logística”, que prevê a maior participação do setor privado nos projetos de infraestrutura. A primeira etapa do programa trata das rodovias e ferrovias, sendo aguardado o tratamento adequado da questão dos portos e aeroportos. Em relação ao elevado custo da energia no Brasil, o governo anunciou, em setembro, medidas que deverão reduzir a tarifa de energia dos consumidores residenciais (até 16,2%) e consumidores industriais (até 28%) em 2013. A redução será resultado de cortes em encargos embutidos na tarifa e da renovação de contratos de concessão.

Em referência à análise da conjuntura do setor industrial, verificam-se comportamentos bastante diferenciados de acordo com o perfil setorial. Os fabricantes de bens de consumo, que sofrem maior influência do cenário externo, a exemplo de calçados, têxteis, móveis e autopeças, sofrem bastante com a crise econômica internacional e o acirramento da concorrência estrangeira no mercado interno. O governo ofereceu tratamento prioritário aos setores citados, com a desoneração da folha e a oferta de crédito diferenciado através do Plano Brasil Maior. Em resposta às medidas de estímulo e ao novo patamar do dólar, as indústrias de vestuário e calçados dão sinais de recuperação, com desempenho na produção e geração de empregos acima da média da indústria de transformação. Em setembro, o governo anunciou duas medidas para reduzir o custo de produção nacional: (i) desoneração da folha salarial (contribuição patronal ao INSS) de 25 setores, que, em troca, pagarão uma contribuição de 1% ou 2% sobre o faturamento e se comprometerão a não realizar demissões, além de aumentar os investimentos e a produção; e (ii) as empresas que adquirirem máquinas e equipamento ainda em 2012 receberão um incentivo tributário conhecido como depreciação acelerada.

Segmentos especialmente voltados ao mercado interno como o de Alimentos e Bebidas, Minerais Não-Metálicos e Construção Civil, além de alguns setores industriais intensivos em capital, como o de Refino e Celulose, apesar de também sofrerem os efeitos da redução da atividade, verificam melhores resultados, beneficiando-se dos preços das *commodities* em patamar ainda relativamente elevado, em termos históricos. Entretanto, os setores orientados à exportação devem estar atentos ao comportamento da economia chinesa, principal importador das nossas *commodities* agrícolas e minerais.

O setor industrial deve estar ciente de que as medidas governamentais relacionadas ao Plano Brasil Maior são importantes, mas têm eficácia limitada e de curta duração. Tratam-se de ações com efeito positivo conjuntural, mas que não atingem o cerne da questão. Em realidade, o Brasil enfrenta grave crise de competitividade, sobretudo em sua indústria, conforme verificado nos dados das Contas Nacionais, que demonstram perda constante de participação do setor industrial na economia brasileira. Para reverter esse quadro, defende-se a necessidade de Reformas Estruturais (Tributária, Previdenciária, Trabalhista e Política) e de enfrentar firmemente o chamado “Custo Brasil”. Nesse sentido, as últimas ações do Governo Federal seguem no sentido correto, pois atacam o custo das tarifas de energia elétrica e as carências em infraestrutura.

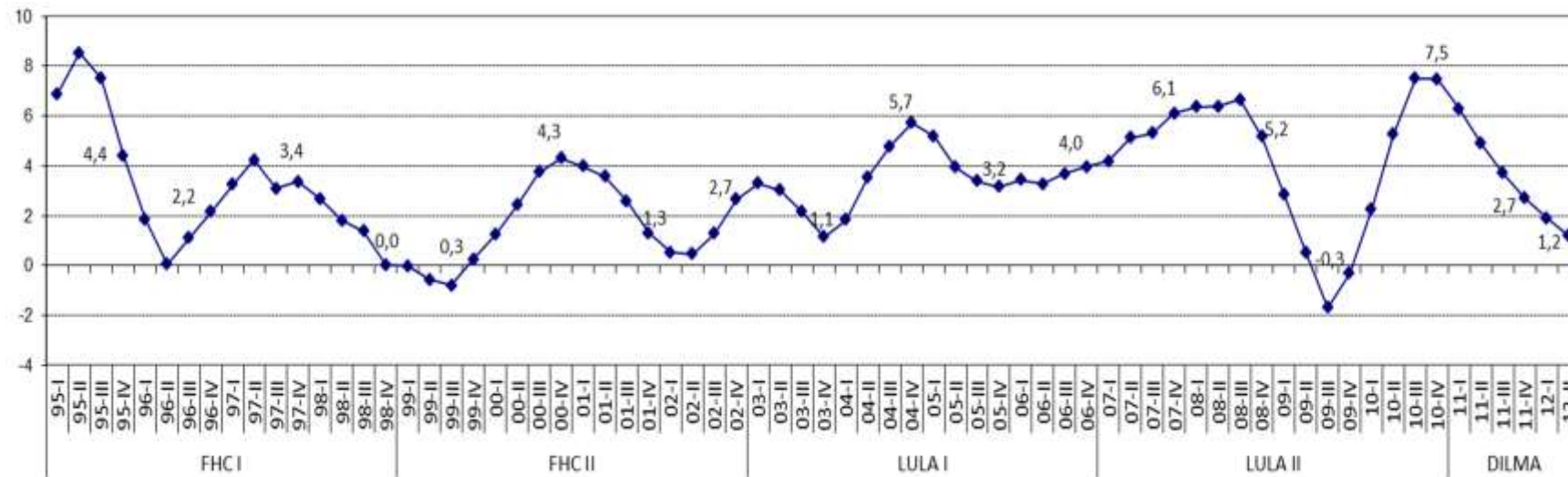
Outro problema estrutural do Brasil é a elevada carga tributária para o seu padrão de desenvolvimento, inserida no contexto de um sistema confuso e anacrônico de cobrança que não cabe mais ser remendado. Desse modo, defende-se a realização de uma Reforma Tributária que simplifique a cobrança, reduza o número de impostos e desonere a produção e os investimentos, induzindo e promovendo o aumento da eficiência produtiva.

Tendo em conta o momento de crise, acredita-se que existe uma boa oportunidade para o Brasil realizar as reformas necessárias para que o País trilhe o caminho da competitividade, do desenvolvimento sustentável e do aperfeiçoamento do sistema democrático.

Compõem o presente Anexo os seguintes documentos:

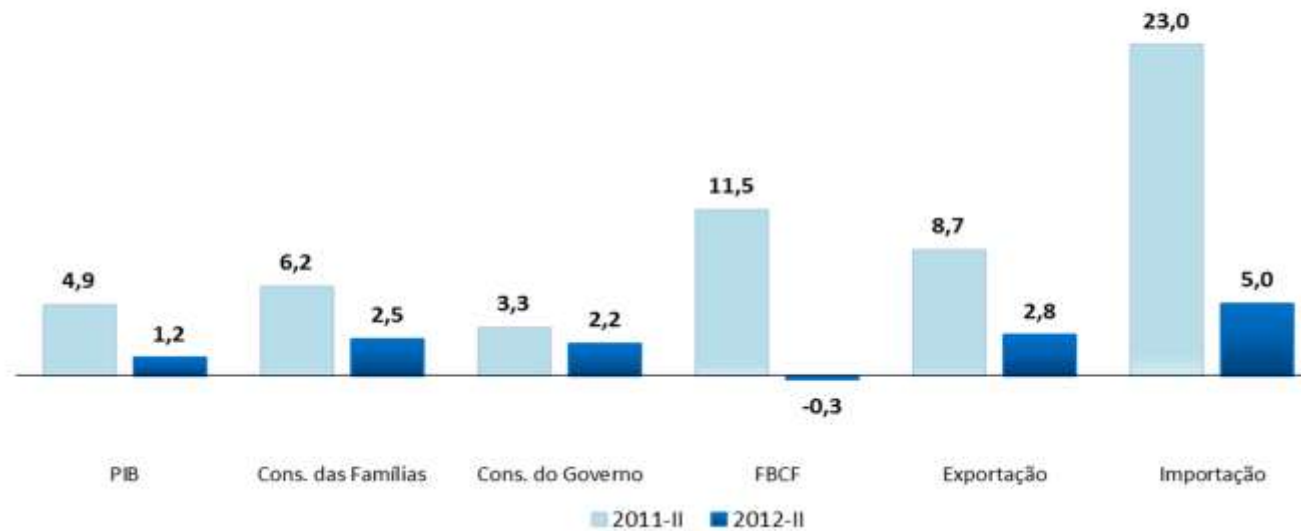
- (i) Gráficos do PIB no 2º trimestre de 2012 (págs. 10 a 12);
- (ii) Brasil: Representatividade da Indústria de Transformação (% PIB) (pág.13);
- (iii) Brasil: Composição das Exportações 1995 a 2012, em % (pág.14);
- (iv) Bahia: Composição das Exportações 1995 a 2012, em % (pág.15);
- (v) Tabelas de Política Fiscal (págs. 16 a 18);
- (vi) Brasil e Bahia: Evolução Mensal dos Saldos das Admissões menos Desligamentos de Trabalhadores regidos pela CLT, no período janeiro a julho 2012 (págs. 19 e 20);
- (vii) Indicadores de Economias Avançadas (pág. 21);
- (viii) Indicadores Econômicos de Países Emergentes (pág. 22); e
- (ix) Relatório de Mercado do Banco Central - Expectativas de Mercado (págs. 23 e 24).

PIB a preços de mercado (1995 - 2012)
Taxa (%) acumulada em 4 trimestres, em relação aos 4 trimestres imediatamente anteriores

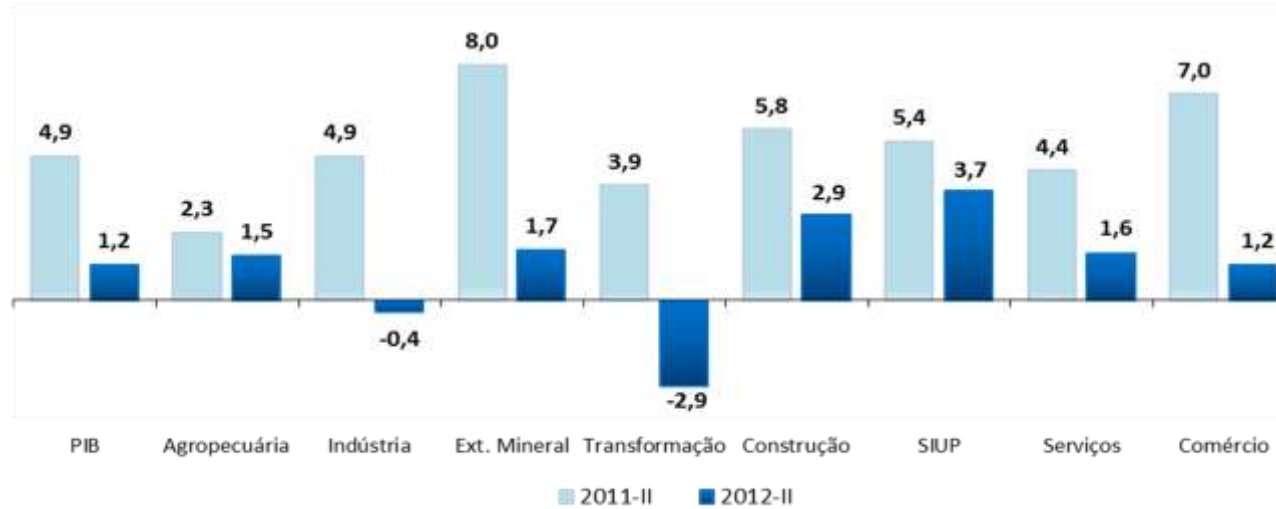


PIB e os componentes da demanda (2011 - 2012)

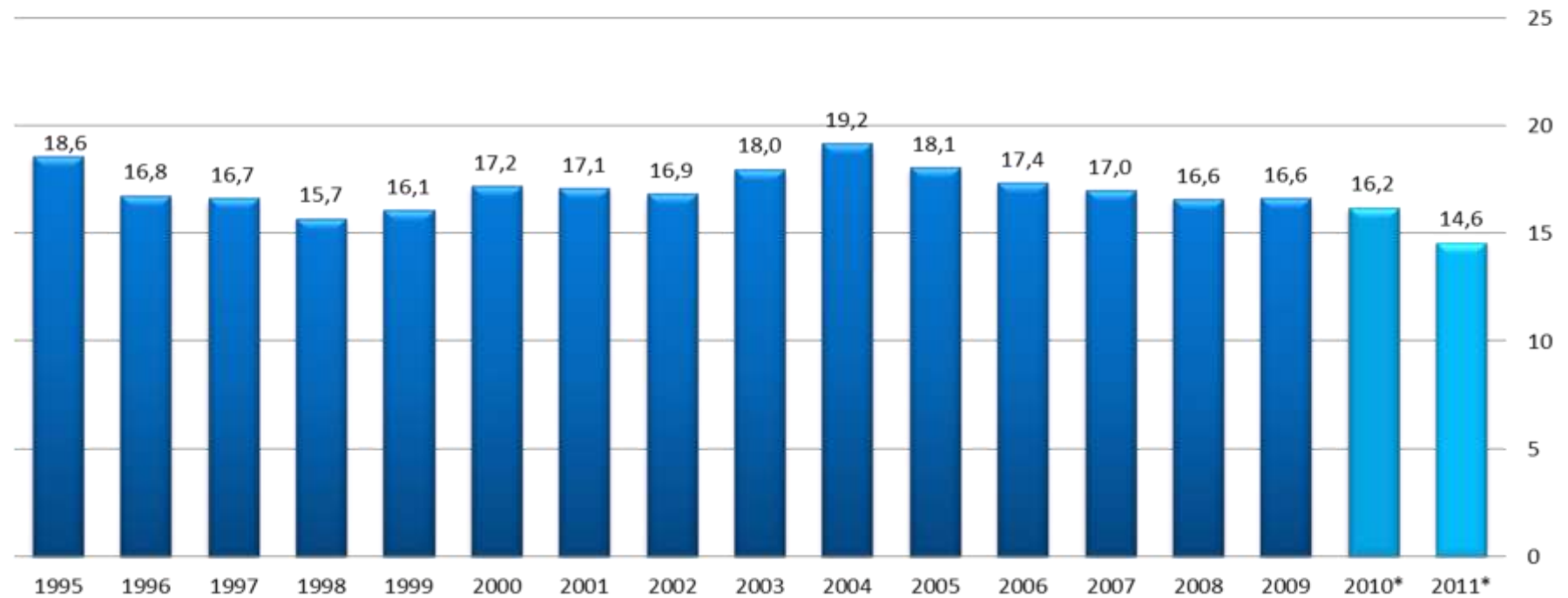
Taxa (%) acumulada nos últimos 4 trimestres (terminados em junho de 2012 e 2011), em relação aos 4 trimestres imediatamente anteriores



PIB por setores e subsetores (2011 - 2012)
Taxa (%) acumulada nos últimos 4 trimestres (terminados em junho de 2012 e 2011),
em relação aos 4 trimestres imediatamente anteriores

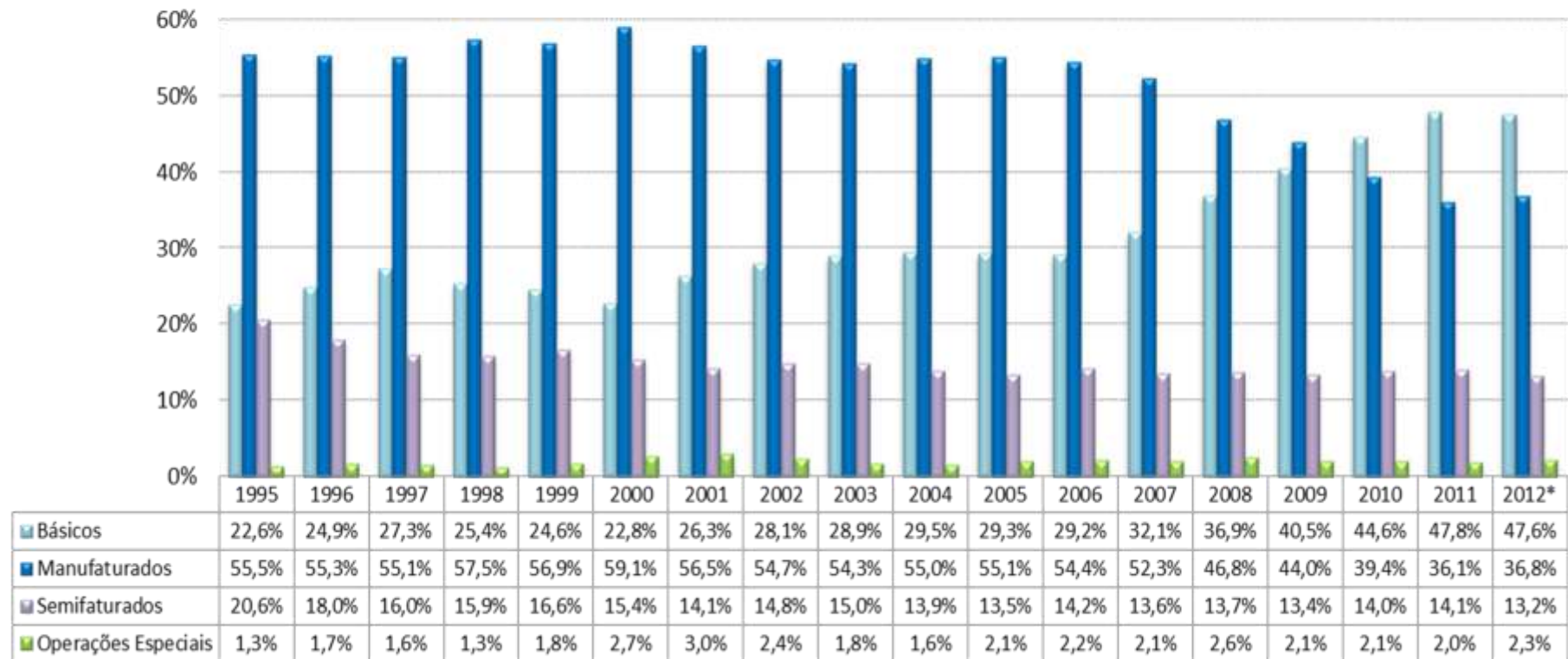


Brasil: Representatividade da Indústria de Transformação 1995 - 2011 (Em % do PIB)



Fonte: Ipeadata; elaboração FIEB/SDI.
(*) Dados preliminares.

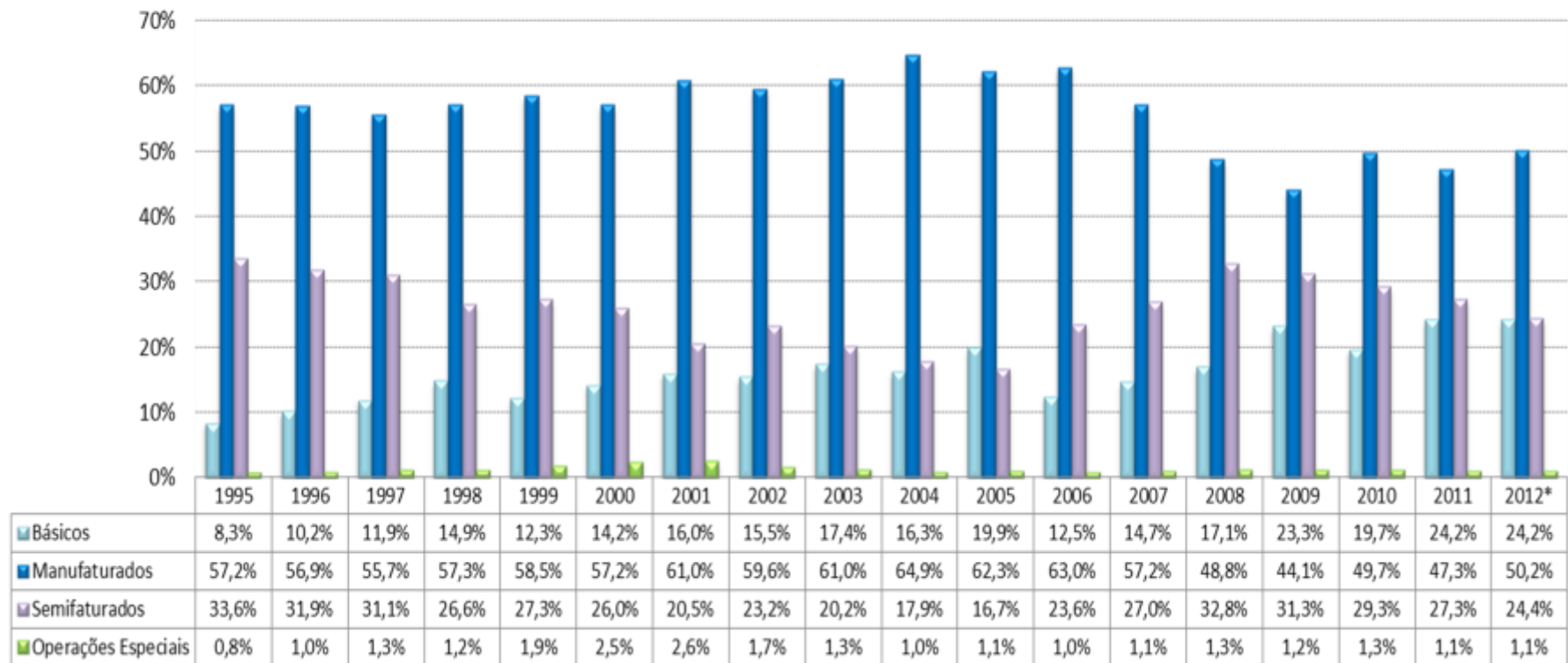
Brasil: Composição das Exportações 1995 - 2012 (Em %)



Fonte: MDIC/Secex; elaboração FIEB/SDI.

Nota: 2012 de janeiro a julho.

Bahia: Composição das Exportações 1995 - 2012 (Em %)



Fonte: MDIC/Secex; elaboração FIEB/SDI.

Nota: 2012 de janeiro a julho.

Tabela 1 - Necessidade de financiamento do setor público consolidado (NFSP)*(Fluxos mensais, em R\$ bilhões e em % do PIB*)*

Discriminação	2011				2012											
	jul	(%)	dez	(%)	fev	(%)	mar	(%)	abr	(%)	mai	(%)	jun	(%)	jul	(%)
Primário	13,79	4,0	1,93	0,5	9,51	2,9	10,44	2,9	14,24	3,9	2,65	0,7	2,79	0,7	5,57	1,5
Juros nominais	-18,80	-5,4	-20,57	-5,7	-18,27	-5,6	-21,04	-5,9	-17,22	-4,7	-18,72	-4,9	-16,12	-4,3	-17,44	-4,6
Nominal	-5,01	-1,4	-18,64	-5,1	-8,75	-2,7	-10,60	-3,0	-2,98	-0,8	-16,06	-4,2	-13,32	-3,5	-11,87	-3,2

Fonte: Banco Central; elaboração FIEB/SDI

Tabela 2 - Necessidade de financiamento do setor público (NFSP)*(Valores acumulados, em R\$ bilhões e em % do PIB)*

Contas públicas	Janeiro a Julho	Primário		Juros		Nominal	
		R\$ bi	%	R\$ bi	%	R\$ bi	%
a. Governo central	2011	66,31	2,82	-105,78	-4,50	-39,47	-1,68
	2012	51,90	2,06	-93,62	-3,72	-41,73	-1,66
b. Governos regionais	2011	23,76	1,01	-30,88	-1,31	-7,12	-0,30
	2012	17,87	0,71	-33,13	-1,32	-15,26	-0,61
c. Empresas estatais	2011	1,91	0,08	-1,89	-0,08	0,02	0,00
	2012	1,46	0,06	-1,71	-0,07	-0,25	-0,01
Total (a + b + c)	2011	91,98	3,91	-138,54	-5,89	-46,57	-1,98
	2012	71,23	2,83	-128,46	-5,10	-57,23	-2,27

Fonte: Banco Central; elaboração FIEB/SDI

Governo Federal (R\$ 88,4 bilhões) + Banco Central (-R\$ 440,8 milhões) + INSS (-R\$ 21,6 bilhões).

Governo Federal (R\$ 75,4 bilhões) + Banco Central (-R\$ 323,5 milhões) + INSS (-R\$ 23,1 bilhões).

Tabela 3 - Necessidade de financiamento do setor público consolidado (NFSP)*(Fluxos de 12 meses, em R\$ bilhões e em % do PIB)*

Discriminação	2011				2012											
	jul	(%)	dez	(%)	fev	(%)	mar	(%)	abr	(%)	mai	(%)	jun	(%)	jul	(%)
Primário	150,09	3,7	128,71	3,1	138,58	3,3	135,42	3,2	131,61	3,1	126,76	3,0	116,18	2,7	107,96	2,5
Juros nominais	-224,76	-5,6	-236,67	-5,7	-236,21	-5,7	-236,70	-5,6	-234,28	-5,5	-230,82	-5,4	-227,95	-5,3	-226,59	-5,3
Nominal	-74,67	-1,9	-107,96	-2,6	-97,63	-2,3	-101,28	-2,4	-102,67	-2,4	-104,07	-2,4	-111,77	-2,6	-118,63	-2,8

Fonte: Banco Central; elaboração FIEB/SDI

Brasil - Evolução Mensal dos Saldos das Admissões menos Desligamentos de Trabalhadores regidos pela CLT (2011 - 2012)

	jan/12	fev/12	mar/12	abr/12	mai/12	jun/12	jul/12	Acumulado 12 meses	Acumulado no ano (MTE) ¹	Acumulado 12 meses (MTE) ¹
TOTAL	18.895	10.600	11.746	21.974	19.679	20.440	12.496	116.1060	1232.843	1538.472
1. EXTRAT. MINERAL	184	1490	1604	1655	1251	1258	177	6.414	10.991	16.645
2. IND. TRANSFORMAÇÃO	37.482	19.609	-5.048	30.318	20.299	9.968	24.718	44.405	163.572	88.731
MIN. NÃO METÁLICOS	1852	328	930	2.678	669	262	938	12.053	10.001	16.115
METALÚRGICA	4.612	2.132	266	-563	-999	-1.785	119	-2.647	7.371	1640
MECÂNICA	4.339	683	1421	301	-206	-274	2.224	11.117	10.324	16.198
MAT. ELÉTRICO COMUM.	1544	506	2.090	921	-680	173	1320	6.313	6.697	7.467
MAT. DE TRANSPORTE	445	217	-143	-472	-3.300	-1.064	1665	-4.325	-2.111	-3.671
MADEIRA E MOBILIÁRIO	2.366	135	511	2.891	-81	732	1.123	6.989	10.332	11.209
PAP., PAPELÃO, EDIT.	184	-362	-354	911	-308	-85	690	-435	1.770	1.534
BOR., FUMO, COUROS	3.485	4.933	5.460	4.542	1.975	-318	-1.899	-2.573	19.222	-1.249
QUIM., PROD. FARM., VET.	5.450	2.601	3.335	12.740	6.781	2.676	3.312	15.420	40.350	19.828
TÊXTIL, VESTUÁRIO	2.118	2.256	2.728	3.110	840	899	2.354	-10.101	18.291	-13.033
CALÇADOS	6.118	5.562	3.919	719	-2.248	-517	4.335	-11.535	18.890	-10.207
PROD. ALIMENT., BEBIDAS	4.889	618	-25.211	2.510	17.856	9.349	7.537	30.129	22.435	40.900
3. SERV. IND. UT. PÚBLICA	974	896	1.021	2.062	-14	2.187	1.598	8.602	10.106	10.362
4. CONSTRUÇÃO CIVIL	42.189	27.811	35.935	40.606	11.886	4.244	25.433	157.734	237.079	229.268
5. TOTAL INDÚSTRIA	81.829	49.806	33.512	74.841	36.422	17.657	53.468	228.155	421.748	343.006
6. COMÉRCIO	-36.345	-6.645	6.412	33.704	9.749	11.026	22.847	288.470	88.748	379.112
7. SERVIÇOS	61.463	93.170	83.182	82.875	44.587	30.111	39.060	667.754	523.545	813.235
8. ADM PÚBLICA	-370	11.694	5.724	3.838	2.660	-1.475	3.172	18.267	33.193	19.033
9. AGRIC., SILVICULT.	12.318	-425	-17.084	21916	46.261	60.111	23.951	-39.586	165.609	-16.914

Fonte: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados; Elaboração FIEB/SDI

(1) Em janeiro de 2011 o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) mudou a metodologia de apuração dos dados da CAGED, alterando os valores do período de janeiro a novembro de 2010.

Bahia - Evolução Mensal dos Saldos das Admissões menos Desligamentos de Trabalhadores regidos pela CLT (2011 - 2012)

	jan/12	fev/12	mar/12	abr/12	mai/12	jun/12	jul/12	Acumulado 12 meses	Acumulado no ano (MTE) ¹	Acumulado 12 meses (MTE) ¹
TOTAL	6.861	-169	2.243	7.647	3.071	241	2.209	9.590	35.656	42.319
1.EXTRAT MINERAL	75	-22	-16	-47	61	68	4	762	342	825
2.IND.TRANSFORMAÇÃO	1.375	-908	-911	1.571	1.111	597	140	596	5.180	2.253
MIN. NÃO METÁLICOS	67	37	-79	84	-30	-72	11	-79	10	129
METALÚRGICA	116	-161	44	-143	-118	-67	20	-323	-65	-92
MECÂNICA	-141	47	-39	119	216	11	-74	644	116	668
MAT. ELÉTRICO COMUM	270	51	274	-60	-89	-49	-168	296	256	354
MAT. DE TRANSPORTE	73	-300	-311	14	39	88	111	111	-126	257
MADEIRA E MOBILIÁRIO	-33	-45	-113	31	-36	1	-17	113	-96	311
PAP., PAPELÃO, EDIT.	42	-90	-119	51	-28	-14	-9	-85	-39	-4
BOR., FUMO, COUROS	91	176	33	55	45	31	117	720	643	755
QUIM., PROD. FARM., VET.	-27	-48	21	43	129	293	438	784	1082	978
TÊXTIL, VESTUÁRIO	111	-113	-41	7	38	576	37	115	622	113
CALÇADOS	113	-113	-333	-259	-429	-621	264	-4.267	-1.211	-4.240
PROD. ALIMENT., BEBIDAS	483	-459	-368	1.599	1.457	507	330	2.347	3.815	3.004
3.SERV. IND. UT. PÚBLICA	-49	-38	114	-166	-320	42	-40	-227	-419	-119
4.CONSTRUÇÃO CIVIL	1.477	-1.758	2.647	1.163	-174	-352	1.211	636	7.416	6.804
5.TOTAL INDÚSTRIA	2.978	-2.726	1.824	2.511	768	-245	2.587	1.787	12.511	9.763
6.COMÉRCIO	-546	-678	-1.114	785	226	269	31	6.205	2.098	12.148
7.SERVIÇOS	3.363	1.457	2.299	1.843	-1.652	-499	661	17.330	12.790	25.449
8.ADM PÚBLICA	-115	43	164	113	41	-165	11	112	110	119
9.AGRIC., SILVICULT.	171	285	-840	2.575	3.688	871	-1.063	-5.924	8.111	-5.240

Fonte: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados; Elaboração FIEB/SDI

(1) Em janeiro de 2011, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) mudou a metodologia de apuração dos dados da CAGED, alterando os valores do período de janeiro a novembro de 2010.

Indicadores de economias avançadas

Países	PIB* (%)	PIB, previsões (%)		Produção Industrial* (%)	Taxa de desemprego** (%)		IPC** (%)	Juros % a.a.		Balança comercial (Últ. 12 meses, US\$ bilhões)	Conta corrente	CC/PIB, previsão (%)					
		2012	2013		(%)	(%)		(3 meses)	(10 anos)								
		Q2	Q2		Q2	Q2		Q2	Q2				Q2	Q2			
Austrália	3,7	Q2	3,3	3,1	0,5	Q2	5,1	Ago	12	Q2	3,97	3,09	24,2	Jul	-42,1	Q2	-3,8
Áustria	0,1	Q2	0,6	0,9	0,3	Jun	4,5	Jul	2,1	Jul	0,26	2,02	-12,1	Jun	7,7	Q1	2,1
Bélgica	-0,3	Q2	0,1	0,7	-2,1	Jun	7,2	Jul	2,9	Ago	0,26	2,58	15,5	Jun	-4,6	Mar	-0,2
Inglaterra	-0,5	Q2	-0,3	1,2	-0,8	Jul	8,1	Jun	2,6	Jul	0,66	1,68	-164,7	Jul	-54,0	Q1	-2,1
Canadá	2,5	Q2	2,0	2,2	3,5	Jun	7,3	Ago	13	Jun	128	190	0,8	Jul	-47,6	Q2	-2,7
Noruega	5,0	Q2	3,8	2,7	2,4	Jul	3,0	Jun	0,5	Ago	197	2,09	75,3	Jul	77,7	Q2	14,4
Dinamarca	-0,9	Q2	0,6	1,2	2,4	Jul	6,3	Jul	2,6	Ago	0,32	1,26	13,4	Jul	20,0	Jul	5,2
França	0,3	Q2	0,1	0,5	-3,1	Jul	10,3	Jul	2,1	Ago	0,26	2,21	-89,3	Jul	-51,4	Jul	-2,0
Alemanha	10	Q2	0,8	10	-14	Jul	6,8	Ago	2,1	Ago	0,26	1,62	236,1	Jul	215,8	Jul	5,5
Itália	-2,6	Q2	-2,2	-0,5	-7,3	Jul	10,7	Jul	3,2	Ago	0,26	5,06	-6,9	Jun	-40,6	Jun	-2,4
Japão	3,2	Q2	2,3	1,4	-10	Jul	4,3	Jul	-0,4	Jul	0,19	0,81	-52,8	Jul	84,1	Jul	1,2
Holanda	-0,5	Q2	-0,7	0,3	0,2	Jul	6,5	Jul	2,3	Ago	0,26	1,89	57,6	Jul	77,9	Q1	7,7
Espanha	-10	Q2	-17	-12	-2,6	Jul	25,1	Jul	2,7	Ago	0,26	5,68	-54,9	Jun	-40,0	Jun	-2,6
Suécia	2,2	Q2	10	16	-0,4	Jul	7,2	Ago	0,7	Ago	172	145	112	Jul	34,5	Q2	6,7
Suíça	0,5	Q2	14	15	-0,6	Q4	2,9	Ago	-0,5	Ago	0,05	0,67	25,9	Jul	76,3	Q1	13,2
EUA	2,3	Q2	2,1	2,0	4,4	Jul	8,1	Ago	1,4	Jul	0,39	1,76	-746,3	Jul	-483,2	Q1	-3,2
Zona do Euro (15)	-0,5	Q2	-0,5	0,2	-2,3	Jul	11,3	Jul	2,6	Ago	0,26	1,62	51,7	Jun	60,2	Jun	0,4

Fonte: The Economist (9/09/2012)

IPC = índice de preços ao consumidor

CC = conta corrente do balanço de pagamentos

* Variação % sobre igual período do ano anterior.

** Variação % em 12 meses.

Indicadores econômicos de países emergentes

Países	PIB* (%)	PIB, previsões (%)		Produção Industrial* (%)	IPC**	Juros c. prazo % a.a.	Balança comercial	Conta corrente	Reservas cambiais						
		2012	2013							(Últ. 12 meses, US\$ bilhões)	(US\$ bilhões)				
China	7,6	Q2	7,8	8,8	6,9	Ago	2,0	Ago	3,85	183,9	Ago	191,1	Q2	3260,7	Jun
Hong Kong	1,2	Q2	1,8	2,8	-3,0	Q2	1,7	Jul	0,45	-58,3	Jul	8,1	Q1	298,2	Ago
Índia	5,5	Q2	6,1	6,5	0,1	Jul	9,9	Jul	8,15	-170,4	Jul	-78,2	Q1	290,5	Ago
Indonésia	6,4	Q2	6,0	6,3	-2,6	Jul	4,6	Ago	4,93	9,8	Jul	-11,6	Q2	109,0	Ago
Malásia	5,4	Q2	4,9	4,6	1,5	Jul	1,4	Jul	3,20	34,4	Jul	25,2	Q2	134,7	Ago
Paquistão	4,2	2012	4,2	3,3	0,3	Jun	9,1	Ago	10,40	-214	Jul	-4,5	Q2	15,5	Mai
Filipinas	5,9	Q2	5,4	6,0	4,3	Jun	3,8	Ago	1,37	-11,0	Jun	7,0	Mar	80,8	Ago
Cingapura	2,0	Q2	2,6	4,0	1,9	Jul	4,0	Jul	0,30	34,8	Jul	50,6	Q2	246,2	Ago
Coreia do Sul	2,3	Q2	2,8	3,7	0,3	Jul	1,2	Ago	3,06	26,0	Ago	34,5	Jul	316,9	Ago
Taiwan	-0,2	Q2	1,9	3,9	8,4	Fev	3,4	Ago	0,94	10,4	Ago	43,5	Q2	391,2	Q2
Tailândia	4,2	Q2	6,0	4,7	-5,8	Jul	2,7	Ago	2,79	-20,4	Jul	-0,8	Q2	179,2	Ago
Argentina	5,2	Q1	2,1	2,6	-2,2	Jul	na	na	12,80	11,9	Jul	0,6	Q1	45,2	Ago
Brasil	0,5	Q2	2,0	4,2	-2,9	Jul	5,2	Ago	7,31	23,0	Ago	-52,0	Jun	377,2	Ago
Chile	5,5	Q2	4,5	4,6	5,0	Jul	2,6	Ago	0,74	5,5	Ago	-6,8	Q2	38,4	Ago
Colômbia	4,7	Q1	4,3	4,5	2,8	Jun	3,1	Ago	5,40	2,5	Jun	-9,9	Q1	35,3	Ago
México	4,1	Q2	3,9	3,7	4,9	Jul	4,8	Ago	4,81	-0,6	Jul	-5,6	Q2	161,3	Ago
Peru	6,1	Q2	5,6	6,1	1,7	Jun	3,5	Ago	2,79	7,8	Jun	-3,8	Q2	59,8	Ago
Venezuela	5,4	Q2	5,0	1,4	1,1	Jun	18,1	Ago	11,50	-36,0	Mai	22,1	Q2	27,2	Jul
Egito	5,2	Q1	1,9	3,5	1,4	Jun	6,4	Ago	11,40	-33,9	Jun	-7,9	Q2	15,1	Ago
Israel	3,3	Q2	2,2	3,0	4,1	Jun	1,4	Jul	2,16	-16,7	Ago	-0,9	Q1	75,6	Ago
Arábia Saudita	7,1	2011	5,3	4,3	na	na	3,8	Ago	0,95	327,7	2011	169,1	Q1	605,2	Jul
África do Sul	3,0	Q2	2,5	3,0	6,1	Jul	4,9	Jun	5,08	-9,1	Jul	-19,4	Q2	50,0	Ago
Rep. Tcheca	-1,7	Q2	-1,0	0,6	4,3	Jul	3,3	Ago	0,88	11,4	Jul	-3,4	Q2	39,9	Ago
Hungria	-1,3	Q2	-0,8	0,6	-2,1	Jul	6,0	Ago	6,89	9,1	Jul	1,8	Q1	44,2	Ago
Polônia	2,4	Q2	2,6	2,8	5,2	Jul	4,0	Jul	4,75	-17,0	Jul	-20,8	Jul	103,5	Ago
Rússia	4,0	Q2	3,8	3,9	3,4	Jul	6,0	Ago	7,36	205,1	Jul	104,6	Q2	510,5	Jul
Turquia	2,9	Q2	3,2	4,1	3,4	Jul	8,9	Ago	6,61	-93,3	Jul	-61,4	Jul	113,3	Jun

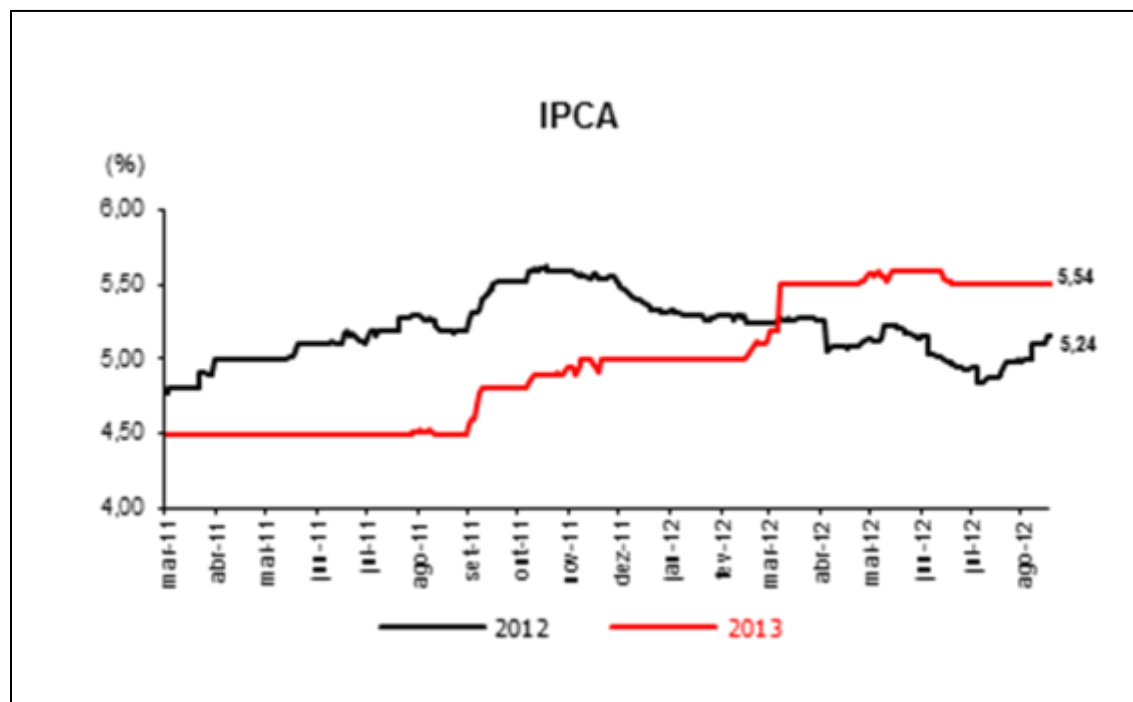
Fonte: The Economist (13/09/2012)

IPC = índice de preços ao consumidor

* Variação % sobre igual período do ano anterior.

** Variação % em 12 meses.

**Relatório de Mercado do Banco Central:
Expectativas de Mercado (06/09/2012)**



Banco Central: Expectativas de Mercado

Indicadores Econômicos	2012	2013
IGP-M	8,21	5,00
Taxa de Câmbio (fim de período)	2,00	2,00
Taxa de Câmbio (média)	1,95	2,00
Meta Taxa Selic (fim de período)	7,25	8,25
Meta Taxa Selic (média)	8,47	7,63
DLSP	35,37	34,00
Crescimento do PIB	1,62	4,00
Produção Industrial	-1,89	4,50
Conta Corrente	-59,20	-70,00
Balança Comercial (saldo)	18,00	14,57
IED	55,00	58,00
Preços Administrados	3,50	4,30

Fonte: BACEN, elaboração FIEB/SDI.

Nota: referente ao Relatório de Mercado de 06/09/2012

Acompanhamento Conjuntural (AC) é uma publicação mensal da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB), produzida pela Superintendência de Desenvolvimento Industrial (SDI).

Presidente: José de F. Mascarenhas

Diretor Executivo: Alexandre Beduschi

Superintendente:

João Marcelo Alves

(Economista, Mestre em Administração pela UFBA/ISEG-UTL,
Especialista em Finanças Corporativas pela New York University)

Equipe Técnica:

Marcus Emerson Verhine

(Mestre em Economia e Finanças pela Universidade da Califórnia)

Carlos Danilo Peres Almeida

(Mestre em Economia pela UFBA)

Ricardo Menezes Kawabe

(Mestre em Administração Pública pela UFBA)

Mauricio West Pedrão

(Mestre em Análise Regional pela UNIFACS)

Everaldo Guedes

(Bacharel em Ciências Estatísticas – ESEB)

Críticas e sugestões serão bem recebidas.

Endereço Internet: <http://www.fieb.org.br>

E-mail: sdi@fieb.org.br

Reprodução permitida, desde que citada a fonte.